

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA/RS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

REF.: PREGÃO PRESENCIAL 029/2014

Eliseu Kopp & Cia. Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 93.315.190/0001-17, sito à Praça Marechal Deodoro nº. 130, sala 902, Porto Alegre-RS, por intermédio de seu representante, vem à presença de Vossa Senhoria, **APRESENTAR** o presente,

1

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS I

Com relação a alguns itens do Edital supracitado, cujo objeto é a *"Contratação de empresa para locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular, no Município de Vacaria/RS"*.

1) O item 4.4 do edital prevê:

"ATENÇÃO: Observações que devem ser cumpridas sob pena de inabilitação:

a - Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.



b - Os atestados de capacitação técnico-profissional deverão conter (mencionar) obrigatoriamente área, prazo de execução com data (dd/mm/aa), contendo também os seguintes requisitos mínimos: 01 - Nº do Contrato; 02 - ART nº ; 03 - Objeto do contrato; 04 - Empresa Contratada; 05 - Contratante dos serviços; **06 - Proprietário do empreendimento**; 07 - Período de execução (início e fim); 08 - Endereço da obra ou serviço; 09 - Descrição das atividades desenvolvidas (devendo ser feita com um nível de detalhamento que permita uma clara identificação do tipo, características, quantitativos principais "mencionar a unidade de medida" e **porte dos serviços executados**); 10 - Responsável técnico e nº do CREA;" (grifos nossos)

Frente ao disposto acima, trago a baila o art. 30 da lei 8.666/93 que assim prevê:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)" (grifos nossos)

Desta forma, considerando os itens acima colacionados está correto o entendimento de que os termos "06 Proprietário do empreendimento" e "09 (...) porte de serviços executados", deverão ser desconsiderados pelas licitantes para fins de apresentação dos atestados de capacidade técnica e habilitação no certame?

2) O item 1.1.7 do edital e o item 7.10 do Projeto Básico assim aduzem:

"No caso da licitante não possuir tecnologia própria, deverá apresentar documento, expedido pelo fabricante ou detentor da tecnologia, autorizando a licitante a oferecer e utilizar tais equipamentos e software de forma irrestrita e irrevogável, com direito de modificar sua estrutura ou aprimorá-la, ou comprometer-se a fornecer todas as inovações tecnológicas dos equipamentos à empresa licitante sem nenhum custo adicional." (grifo nosso)

Complementarmente o objeto do edital em epígrafe visa à contratação de empresa para locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular, sendo quesito basilar, que a empresa licitante seja a detentora de tecnologia própria para o desenvolvimento e fabricação dos equipamentos ora licitados, a fim de executar plenamente o objeto em tela.

3

Em contrapartida, o item 7.6 do edital trata da subcontratação:

"7.6 - Será vedado à Contratada, subcontratar a totalidade do objeto contratado ou a cessão ou transferência do Contrato, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade." (grifo nosso)

Neste sentido, considerando que a licitante que não possuir tecnologia própria deverá subcontratar do fabricante ou detentor da tecnologia, caracterizando assim a subcontratação total do objeto, resta de forma irrefutável de que a empresa licitante deverá ser a detentora de tecnologia própria.

Sendo assim, está correto o entendimento de que as licitantes interessadas em participar neste certame deverão possuir tecnologia própria?

3) O Edital, em seu item 3.5.3, assim aduz sobre a manutenção corretiva dos equipamentos:

"3.5.3 – Conforme itens 7.1 ao 7.3 do projeto básico, a manutenção preventiva deverá ser realizada pela contratada, em períodos regulares de forma que não comprometa o funcionamento dos equipamentos. A manutenção corretiva deverá ser realizada em até 24h da constatação do defeito ou da irregularidade nos equipamentos instalados." (grifo nosso)

No que tange ao trecho acima, cumpre esclarecer que a exigência de manutenção corretiva em um prazo máximo de 24 horas é inviável no caso em comento, haja vista que, quando os equipamentos eletrônicos precisam da troca de componentes ou ajustes, dependendo da manutenção a ser realizada, poderá ser necessário, por questão de segurança, o desligamento temporário da energia dos equipamentos a fim de promover as trocas pertinentes sem riscos aos técnicos e à população, ensejando em um período maior para tais ajustes.

Assim, tem-se elementar o indispensável ajuste do prazo de manutenção corretiva, de modo que esta possa ser realizada, a depender do ajuste necessário, em período não inferior a 15 (quinze) dias, sob pena de impossibilidade de execução do contrato, haja vista que manutenções preventivas e corretivas são necessárias a qualquer tipo de equipamento, desde um televisor, aparelho celular, qualquer eletrodoméstico, automóvel, entre outros, fazendo-se indispensável a dilação do prazo previsto.

4

Nestes termos, está correto o entendimento de que o prazo para manutenção corretiva ficará atrelado ao ajuste ou substituição necessário, podendo variar em função da complexidade do fato a ser resolvido?

4) Os parágrafos XIII, XIV, XVI e XXIV, do subitem 6.4.2.4, do item 6.4.2 do Projeto Básico, do Edital, tratam das funcionalidades do Medidor de Velocidade Discreto – Pardal e apresentam as seguintes exigências:

"6.4.2 MEDIDOR DE VELOCIDADE DISCRETO COM REGISTRO DE IMAGEM FIXO – PARDAL

Segue as características obrigatórias que os equipamentos devem possuir.
(...)

6.4.2.4 DAS FUNCIONALIDADES

XIII – Possuir display com dispositivo digital, com alta intensidade luminosa que indique ao condutor do veículo a velocidade medida do veículo em Km/h, plenamente visível e identificável a, no mínimo, 50 (cinquenta) metros, em quaisquer condições climáticas.

XIV – Os equipamentos deverão emitir sinais luminosos indicadores do cometimento ou não da infração de trânsito pelos veículos monitorados, nas cores vermelha e verde, respectivamente.

(...)

XVI – Os equipamentos devem ter instalado um display de 3 (três) dígitos, onde será informado ao usuário da via, a sua velocidade quando da passagem pelo sistema de monitoramento;

(...)

XXIV - Devem, para que preservem sua função educativa e seu caráter ostensivo, indicar a velocidade do veículo a pelo menos 20(vinte) metros de distância da torre;" (grifos nossos)

O art. 1º da Resolução do CONTRAN nº 396/2011 assim prevê:

5

"Art.1º A medição das velocidades desenvolvidas pelos veículos automotores, elétricos, reboques e semirreboques nas vias públicas deve ser efetuada por meio de instrumento ou equipamento que registre ou indique a velocidade medida, com ou sem dispositivo registrador de imagem dos seguintes tipos:

(...)

§ 1º Para fins desta Resolução, serão adotadas as seguintes definições:

a) medidor de velocidade: instrumento ou equipamento destinado à medição de velocidade de veículos.

b) controlador eletrônico de velocidade: medidor de velocidade destinado a fiscalizar o limite máximo regulamentado para a via ou trecho por meio de sinalização (placa R-19) ou, na sua ausência, pelos limites definidos no art. 61 do CTB;

c) redutor eletrônico de velocidade (barreira ou lombada eletrônica): medidor de velocidade, do tipo fixo, com dispositivo registrador de imagem, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade em trechos considerados críticos, cujo limite é diferenciado do limite máximo

regulamentado para a via ou trecho em um ponto específico indicado por meio de sinalização (placa R-19).

§ 2º Quando for utilizado redutor eletrônico de velocidade, o equipamento deverá ser dotado de dispositivo (display) que mostre aos condutores a velocidade medida." (grifo nosso)

Considerando o acima exposto, nota-se que a descrição do equipamento nos parágrafos XIII, XIV, XVI e XXIV, do subitem 6.4.2.4, do item 6.4.2 do Projeto Básico, do Edital, correspondem a características do redutor eletrônico de velocidade (lombada eletrônica), neste sentido, está correto o entendimento de que o Pardal, por ser um equipamento de fiscalização discreto, não deverá possuir display com exibição da velocidade dos veículos passantes, devendo assim, as características do medidor de velocidade discreto ser readequado no instrumento convocatório?

5) O terceiro parágrafo do item 6.4.1.3 do Projeto Básico traz:

"Devem ser dotados de display de LEDs de alta luminosidade para indicar a velocidade, possuindo o mesmo três dígitos numéricos, **permitindo a exibição de velocidades de 1km/h à 250 km/h**. As dimensões mínimas devem ser de 30 cm de altura por 50 cm de largura." (grifo nosso)

6

Considerando que 250km/h é uma velocidade impraticável nas vias onde serão instalados os equipamentos de fiscalização, conforme já demonstrado no Estudo Técnico anexado ao Edital, está correto o entendimento de que um display que exibe velocidades de até 199km/h estará atendendo ao exigido no Edital em epígrafe?

6) O parágrafo XXVIII, do subitem 6.4.1.4, do item 6.4.1 e parágrafo XXVII, do subitem 6.4.2.4, do item 6.4.2, ambos do Projeto Básico, do Edital, exigem o que segue:

"6.4.1 – CONTROLADOR ELETRÔNICO OSTENSIVO DE VELOCIDADE – LOMBADA ELETRÔNICA TOTEM (...)

6.4.1.4 DAS FUNCIONALIDADES

(...)

XXVIII - Ser capazes de efetuar medições de velocidade de 01 a 250 km/h, aplicadas às tolerâncias legais de aferição;

6.4.2 MEDIDOR DE VELOCIDADE DISCRETO COM REGISTRO DE IMAGEM FIXO – PARDAL (...)

6.4.2.4 DAS FUNCIONALIDADES

(...)

XXVII - Serem capazes de efetuar medições de velocidade de 01 a 250 km/h, aplicadas às tolerâncias legais de aferição;"

O Código de Trânsito Brasileiro, em seus artigos 61 e 62, assim aduz sobre as velocidades nas vias:

"Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

I - nas vias urbanas:

- a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;
- b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;
- c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras;
- d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais;

II - nas vias rurais:

a) nas rodovias:

1) 110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas; (Redação dada pela Lei nº 10.830, de 23.12.2003)

2) noventa quilômetros por hora, para ônibus e micro-ônibus;

3) oitenta quilômetros por hora, para os demais veículos;

b) nas estradas, sessenta quilômetros por hora.

§ 2º O órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via poderá regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 62. A velocidade mínima não poderá ser inferior à metade da velocidade máxima estabelecida, respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via." (grifos nossos)

Portanto, conforme se pode observar na legislação supracolacionada, que é desnecessária e ilegal a medição de 1km/h até 250km/h, visto que o Código de Trânsito Brasileiro deixa claro

que a velocidade mínima não poderá ser inferior a metade da velocidade máxima, ou seja, considerando as vias locais, com velocidades mais baixas, onde a sinalização será de velocidade máxima de 30 quilômetros por hora, a velocidade não poderá ser abaixo de 15km/h.

Desta forma, considerando o aqui exposto, está correto o entendimento de que o equipamento que mede velocidades de 10km/h a 250km/h estará atendendo as exigências no edital em epígrafe?

7) O inciso I, dos subitens 6.4.1.4 e 6.4.2.4, do Projeto Básico, assim exigem:

"6.4.1.4 DAS FUNCIONALIDADES

Os equipamentos devem:

I - Os equipamentos deverão monitorar uma faixa de rolamento por equipamento.

6.4.2.4 DAS FUNCIONALIDADES

Os equipamentos devem:

I - Os equipamentos deverão monitorar uma faixa de rolamento por equipamento."

8

Diante do exposto, considerando que os equipamentos deverão monitorar uma faixa de rolamento por equipamento, está correto o entendimento de que o objeto contratual visa a locação de 34 (trinta e quatro) equipamentos, sendo estes distribuídos em 20 (vinte) controladores eletrônicos ostensivos de velocidade (Lombadas Eletrônicas) e 14 (quatorze) equipamentos medidores de velocidade discreto (Pardal), e ainda, que cada equipamento deverá monitorar apenas uma faixa de rolamento, totalizando assim 34 faixas?

8) O item 6.5 parágrafo 3º do Projeto Básico, do Edital, assim aduz sobre o software de processamento:

"O programa de computador (software) do sistema de gerenciamento e processamento deverá ainda permitir o cadastramento dos agentes credenciados/designados pela autoridade de trânsito do município, através de nome completo e número de matrícula (identificação),

contemplando inclusão e exclusão do rol de agentes credenciados e o processamento das notificações de autuações, possibilitando o preenchimento do número da placa e modelo do veículo, além de d) um módulo de consulta de autos de notificações; e) módulo de visualização dos registros de imagens associadas ao autos de notificação e f) dever possibilitar elaboração de relatórios gerenciais detalhados." (grifo nosso)

Conforme o acima apresentado está correto o entendimento de que o software que, através do preenchimento da placa, automaticamente buscará os dados do veículo num banco de dados estará atendendo ao exigido no edital?

9) O item 7.8 do Projeto Básico, do Edital, traz o que segue:

"7.8 – Cabe a contratada a transmissão on-line das imagens que deverão ser imediatamente disponibilizadas no servidor da Prefeitura Municipal de Vacaria."

Diante disso, está correto o entendimento de que a transmissão de dados e imagens poderá ser realizada utilizando tecnologia de telefonia móvel (GPRS, EDGE, 3G)?

9

E ainda, qual a estimativa de fluxo de imagens que devem ser transmitidas?

10) O preâmbulo do edital aduz que o objeto ora licitado é a "Contratação de empresa para locação de equipamentos, serviços de monitoramento e fiscalização eletrônica de velocidade veicular".

Complementarmente o subitem 1.1, do item 1 "Objeto e suas especificações" do Edital, assim dispõe:

"1 - OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1 - O presente procedimento licitatório destina-se à prestação de serviços de locação de equipamentos e software de gerenciamento, manutenção preventiva e corretiva, extração de dados de equipamentos medidores de velocidade, dos tipos:" (grifos nossos)

Tendo em vista que o objeto ora licitado envolve em maior parte a locação de equipamentos de monitoramento, está correto o entendimento de que a natureza jurídica do

contrato em tela será locação, aplicando assim, para fins de prorrogação o disposto no inciso IV, do art. 57, da Lei 8.666/93, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública?

Caso contrário, a Administração entenda que a natureza jurídica englobará locação e prestação de serviços, cabe mencionar que para cada natureza jurídica cabe uma tributação diferente, sendo necessário que este r. órgão apresente qual percentual do contrato corresponderá à locação dos equipamentos e que parcela do mesmo será relativa prestação de serviços?

11) Considerando que a realocação do equipamento equivale a sua instalação em condições iniciais, em caso de previsão da mesma, pede-se que a Administração disponibilize quantas realocações estão previstas para o edital?

E ainda, qual será o valor remunerado a contratada para esta atividade?

12) Considerando que no decorrer da execução contratual podem ocorrer fatos novos que, muitas vezes, independem da vontade e responsabilidade da empresa Contratada, está correto o entendimento de que a Administração sempre comunicará formalmente a Contratada acerca de situações estranhas ocorridas no decorrer do contrato, concedendo-lhe um prazo compatível para a operacionalização de possíveis ajustes que se mostrarem necessários?

10

13) O item 7.2 do Edital assim prevê:

"7.2. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, até o limite legal." (grifos nossos)

Cumprando ressaltar que, após a assinatura do contrato, a Administração precisará emitir a ordem de serviço, e a partir da emissão, a empresa possui no máximo 90 (noventa) dias para efetuar a implantação e operacionalização do projeto.

Sendo assim, está correto o entendimento de que o início do cômputo do prazo de vigência do contrato se iniciará na data de efetiva operação dos equipamentos, pois, caso contrário, a Administração perderá prazo significativo de operação dos equipamentos e consequentemente de fiscalização das vias públicas, bem como impedirá a empresa contratada de executar o contrato em sua integralidade?

"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:
(...)

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;" (grifos nossos)

Com base no trecho acima destacado, evidencia-se que a legislação em vigor exige que a Administração Pública efetue o pagamento devido em até 30 (trinta) dias após a prestação do serviço contratado.

Neste sentido, está correto o entendimento de que o pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias da entrega dos serviços contratados?

12

16) O item 12.14 do Edital, assim apresenta:

"12.14. Fazem parte deste edital:

(...)

Anexo VII - Minuta de Contrato."

Ocorre que através da minuciosa leitura do edital, pode-se verificar a ausência do Anexo VII no Edital em epígrafe, fazendo-se imprescindível que as licitantes conheçam da minuta para a assinatura do contrato em tela.

Desta forma, pede-se que a Administração disponibilize o Anexo VII – Minuta do Contrato, a fim de dar conhecimento a todas as licitantes, respeitando assim, um dos princípios basilares do Direito Administrativo, a legalidade e a publicidade?

17) O inciso III, do subitem 10.2.1, item 10.2, do Edital, assim consta:

"10.2.1 - MULTA MORATÓRIA

(...)

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.” (grifos nossos)

Frente ao disposto acima, está correto o entendimento de que a multa será aplicada apenas nos casos em que a licitante enquadra-se nos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06?

Certos de Vossa compreensão, solicitamos que as respostas sejam encaminhadas para o e-mail: licitacoes@kopp.com.br

Por fim, tendo em vista o dever da Administração Pública em atender quaisquer demandas administrativas e que as respostas alteram a formulação de nossas propostas, solicitamos os bons préstimos dessa Comissão no sentido de que o retorno aos questionamentos nos seja encaminhado o mais breve possível.

13

Porto Alegre/RS, 30 de abril de 2014.



ELISEU KOPP & CIA. LTDA.

Decio Stangherlin

Representante Legal



TABELIONATO DE NOTAS DE VERA CRUZ



TRASLADO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº 13.740 - Procuração que faz **ELISEU KOPP & CIA. LTDA**, na forma abaixo. SAIBAM os que este instrumento virem, que aos dezoito (18) dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e treze (2013), neste Tabelionato, desta cidade e comarca de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, compareceu como outorgante: **ELISEU KOPP & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 93.315.190/0001-17, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 130, sala 902, na cidade de Porto Alegre, RS, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº 43 2 0187306 6, 29ª alteração e consolidação do contrato social protocolada sob nº 13/332398-6 em 19/11/2013, registrada sob nº 3882589 em 29/11/2013, neste ato representada pelo sócio administrador, **Eliseu Kopp**, inscrito no CPF sob nº 195.337.130-20, portador da cédula de identidade nº 7029296543, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado na rua Conselheiro Augusto Hennig nº 208, apto - 901, bairro Higienópolis, na cidade de Santa Cruz do Sul, RS, o qual declara sob as penas da Lei ser o representante legal para o ato e que não houveram alterações que possam afetar a razão social e/ou representação da empresa. Identificada documentalmente por mim, Silvia Cristina Carvalho, Tabeliã Substituta, ora reconhecendo a capacidade jurídica da mesma, do que dou fé; e, pelo representante da outorgante, me foi dito que nomeia e constitui como procurador da empresa: **DECIO STANGHERLIN**, inscrito no CPF sob nº 328.568.570-00, portador da carteira de identidade nº 8015662681, brasileiro, casado, gestor de operações, residente e domiciliado na rua Professora Maria Dal Conta nº 2168, apto 23, na cidade de Flores da Cunha, RS, **para o fim especial de** representar a empresa outorgante em toda e qualquer licitação no território nacional, em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas e entidades privadas, tomar as resoluções cabíveis que por ventura possam ser necessárias em tal negociação, assinar atas; assinar contratos de câmbio; apresentar recursos, desistir expressamente de recursos apresentados, quando for o caso, dar lances, apresentar e assinar pedidos de impugnação a editais, outorgar os poderes para praticar todos os atos necessários para garantir a participação da outorgante em todas as modalidades de licitação, fazendo pagamentos, aceitando valores, cláusulas e condições, dar e receber quitação, garantindo assim a participação da outorgante em processos de licitações, podendo substabelecer através de credenciamento e/ou procurações particulares, os poderes aqui conferidos; ajustar preço e condições de negócio, receber e dar quitação, firmar instrumentos, requerer e apresentar documentos, solicitar e retirar segunda via de certificados, assinar requerimentos, declarações, pagar taxas, multas e outros valores; fazer provas, pedir desistência e devolução de documentos, fazer inscrições, extratos, fotocópias, certidões, negativas e licenças diversas, praticando enfim, todos os demais atos necessários ao cabal desempenho deste mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte os poderes aqui conferidos. Que a presente procuração tem sua validade até o dia 30 de junho de 2014 (30.06.2014), se antes não for revogada, ficando o outorgado obrigado a prestar contas de todos os atos realizados. Assim disse o representante da outorgante e me pediu que lhe digitasse esta procuração, a qual lhe sendo lida, achou conforme, aceitou, outorgou, ratifica e assina. Eu, Silvia Cristina Carvalho, Tabeliã Substituta, digitei a presente, a qual conferi e assino em público e raso. Dou fé. Emolumentos: Procuração: R\$47,20 (0731.04.1300001.00687 = R\$0,70); Processamento eletrônico: R\$3,10 (0731.01.1300003.39788 = R\$0,30). EM TESTEMUNHO DA VERDADE. Vera Cruz, 18 de dezembro de 2013.

CERTIFICO que o ato está assinado pelo representante da outorgante, e por mim Substituta na forma supra mencionada. Traslada em seguida.

Dou fé.

A Substituta:

BEL. JORGE LUÍS HILGERT

